

RESENHAS

"Mil Dias" Mal Explicados

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo — *Mil Dias — Os Bastidores da Revolução em um Grande Jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988, 218 pp.

O livro de Carlos Eduardo Lins da Silva não é a "grande reportagem" pretendida pelo professor José Augusto Guilhon Albuquerque. Trata-se, na verdade, de um estudo de caso bem informado, com estrutura e proposta de ensaio jornalístico, como o próprio autor prefere qualificar o seu trabalho. A base acadêmica, assegurada por um referencial teórico bem selecionado e corretamente utilizado, põe tempêro científico na parte que responde ao objetivo preponderante da obra: fazer o relato descritivo da experiência do *Projeto Folha*.

Carlos Eduardo coloca nesse relato uma riqueza de detalhes resultante da autovivência; mas a autovivência empresta à obra, também, um viés que lhe reduz o valor da contribuição: quase tudo é escrito na perspectiva do "comando" do projeto, ou a essa perspectiva submetido, como acontece, por exemplo, com o tratamento de rejeição dado às várias manifestações críticas citadas (cartas, manifestos, abaixo-assinados etc.), bem diferente do uso feito de dois estudos de natureza mais acadêmica (a dissertação de Mestrado de Maria Margarida Vélez Lodono e um artigo de Regina Festa), ambos apresentando conclusões favoráveis ao projeto.

O segundo objetivo da obra — "(...) tentar inferir da experiência algumas conclusões sobre como uma redação deve-se organizar para enfrentar um mercado cultural com as características de uma metrópole como São Paulo" — ficou apenas nas intenções manifestadas em prefácio.

De qualquer forma, *Mil Dias* é um livro importante. Em perto de 200 páginas de texto eficaz, quase sempre claro, Carlos Eduardo Lins da Silva oferece um ótimo ponto de partida para outros estudos — mais aprofundados e mais exigentes — sobre o *Projeto Folha*, estudos, aliás, necessários, pois trata-se, sem dúvida, do mais relevante fato jornalístico dos anos oitenta, na imprensa brasileira.

O cáustico "Posfácio" de Mino Carta, nas seis últimas páginas, só serve para valorizar o trabalho de Carlos Eduardo. A ironia, as frases de efeito, o desprezo pelo conteúdo e a soberania do tom revelam intenções e motivações menores. E têm por alvo o projeto, não o livro.

Esse é um equívoco a evitar. A tentação de ler *Mil Dias* para julgar o *Projeto Folha* pode ser forte, principalmente entre os que, por algum motivo, não aceitam, não entendem ou não gostam desse projeto. Tal atitude, porém, não conduz a uma leitura lúcida nem ajuda ao aproveitamento da contribuição (principalmente informativa) oferecida pelo livro.

Mil Dias — os bastidores da revolução em um grande jornal exige duas leituras: a leitura do que foi escrito por Carlos Eduardo; e a leitura do que ele não escreveu.

No que foi escrito, ressalta a valia de um bom conjunto de revelações, principalmente no que se refere, de um lado, aos métodos, ao espírito e aos resultados dos controles impostos à produção diária do jornal; e de outro, à história do projeto, em especial no que toca ao desenvolvimento dos valores formadores da "ideologia jornalística" (sic) que o orienta.

O **Projeto Folha** é colocado a descoberto, nas suas razões históricas, nos seus objetivos empresariais e nos métodos de implementação. E já aí impõe-se a primeira indagação sobre algo que não foi escrito: como é possível conciliar métodos tayloristas, que foram moda no início do século, mola-mestra gerencial do capitalismo selvagem, com a pretensão de fazer um jornal moderno, voltado para o século XXI?

Talvez essa seja uma questão secundária na proposta do livro. Mas não pode ser considerada secundária a contradição — muito mais estranha no autor do que no projeto — que envolve o conceito do que seja um bom jornal. Na "Apresentação", à página 19, Carlos Eduardo afirma sem receio de parecer cabotino, que "a **Folha** é um bom jornal". São palavras dele: "Quando se compara a alguns dos melhores jornais do mundo, como os americanos, a **Folha** não fica muito atrás".

Logo acrescenta, porém: "Fica atrás, e muito, na qualidade do texto e na precisão com que as informações são apuradas e transcritas. Mas não tanto (...) na qualidade da edição, na maneira como os assuntos são organizados para o leitor. Fica atrás, ainda, na qualidade da análise e na abrangência da cobertura. Mas não na disposição dos textos e fotos nas páginas".

Isto é: equipara-se no que é secundário; fica atrás, e muito, no que é essencial.

Mesmo assim, o autor considera a **Folha** um jornal de nível interna-

cional. Até por ser livre-docente da USP, entretanto, Carlos Eduardo ficou-nos devendo a conceituação do que seja um bom jornal, para explicar como é possível atribuir nível internacional a uma prática jornalística deficiente no texto final, na apuração e transcrição das informações, na qualidade da análise e na abrangência da cobertura. Evidentemente, não vale como conceito a revelação de que o **O Plano de Metas**, principal programa na busca pragmática de qualidade tem preocupações essencialmente quantitativas — mais mapas, menos erros de digitação, mais informações... O próprio Carlos Eduardo, lucidamente, admite que esses controles fornecem apenas "indícios" de qualidade, porque os mapas podem ser ruins, as informações imprecisas ou falsas, os erros insignificantes.

O principal argumento apresentado no livro, para explicar e dimensionar o sucesso do **Projeto Folha**, é a medida mercadológica, isto é, o crescimento sólido da tiragem, que levou o jornal ao primeiro lugar entre os grandes diários brasileiros. Nesse plano temático, em nenhum momento o estudo de Carlos Eduardo manifesta preocupações de questionamento, como, por exemplo, tentar saber até que ponto o crescimento da tiragem da **Folha** foi influenciado pelas campanhas publicitárias ou pela queda qualitativa (no jornalismo e na administração) do seu principal concorrente paulista.

A leitura crítica dos **Mil Dias** conduz, inevitavelmente, a uma relação de causa e efeito entre a dimensão quantitativa do sucesso tão exaltado da **Folha** e o pragmatismo da chamada "ideologia jornalística" do projeto. Os valores que dão base a essa ideologia derivam de uma ética de mercado apenas exposta, em nenhum momento discutida pelo autor. Aliás, ele talvez não mereça tal cobrança, pois na sua proposta não se inclui qual-

quer compromisso com tentativas de análise de conteúdo.

Mas a verdade é que a opção de não entrar nas razões de conteúdo nos priva de entender se corresponde à verdade das intenções do autor a impressão que ao final ele nos passa: o **Projeto Folha**, exuberante sucesso comercial, é um fracasso sob o ponto de vista da qualidade jornalística. E daí mais uma pergunta sem resposta: será que a tal ética de mercado (segundo a qual "não importa para o processo quem se magoou, quem ficou feliz, quem sofreu, quem lucrou") explica tanto o sucesso empresarial do empreendimento quanto as deficiências jornalísticas do produto final e a fraca adesão do corpo redacional ao projeto?

O autor não se interessou por essa investigação, provavelmente por ser uma questão de conteúdo.

Observação final: os interessados no estudo dos fenômenos jornalísticos certamente lamentam que não tanto o jornalista, mas o professor Carlos Eduardo Lins da Silva tenha desprezado aquele objetivo (já referido) de "inferir da experiência algumas conclusões sobre como uma redação deve-se organizar para enfrentar um mercado cultural" como o de São Paulo. Essa é a dívida maior do autor, até porque ele próprio sugere que o modelo criado pelo **Projeto Folha** está aí para ser seguido pelos que querem entrar no futuro.

A despeito do que não foi escrito, o professor e jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva colocou um bom livro no mercado. Quem o lê adquire um referencial novo e amplo para avaliar criticamente a experiência da **Folha**. E, a partir desta obra, outros pesquisadores — talvez, até, o próprio Carlos Eduardo — poderão aprofundar o estudo do **Projeto Folha**, para tirar dele todo o proveito teórico. Pelo que é e pelo que dizem ser.

Manuel Carlos Chaparro
Universidade de São Paulo

James Bond ou Cidadão Kane?

WAINER, Samuel (NUNES, Augusto) — *Minha Razão de Viver/Memórias de um Repórter*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1987, 282 pp.

Sucesso de vendas, o livro **Minha Razão de Viver/Memórias de um Repórter** é, sem dúvida, uma obra polêmica. Para muitos trata-se de uma confissão sincera de um homem que soube tirar partido de suas ligações com o poder, embora justificando suas ações menos louváveis com a desculpa de que tudo o que fazia — e fez — era em função de sua razão de viver: o jornal **Última Hora**. Para outros, o livro nada mais é do que o relato cínico de um aventureiro, cuja audácia não conhecia limites e cujos princípios éticos tinham enorme elasticidade. Para os amigos e velhos companheiros de **UH**, a reação mais comum tem sido a de perplexidade: Moacyr Werneck de Castro, um dos mais íntimos colaboradores de Wainer, escreveu um longo artigo no **Jornal do Brasil**, tentando compreender o que denominou de "autoflagelação".

Em declarações ao jornalista Paulo Markun, na matéria de capa da revista **Imprensa** de fevereiro de 1987, Francisco de Assis Barbosa — que assinou a reportagem que foi a manchete de primeira página da edição de estreia de **Última Hora**, em junho de 1951 — classificou o livro como "uma ação kamikase"; e Joel Silveira, que trabalhou em **Diretrizes** e foi diretor de **Flan** — um semanário revolucionário que despertou a ira da chamada "Grande Imprensa" contra Samuel — considerou a obra simplesmente "massacrante".

Particularmente, como destaquei na matéria que escrevi para a **Revista de Comunicação** do mês de

março, o principal defeito do livro — de excelente texto e narrativa fluente, diga-se a bem da verdade — é o de passar para as novas gerações, inclusive a de que faz parte o autor do texto, Augusto Nunes, a falsa idéia de que a *Última Hora* foi apenas instrumento de negócios, excusos ou não, de Samuel. Enfatizando o caráter aventureiro do fundador de UH, envolvido em ações temerárias e cercado de belas mulheres, enquanto, nos bastidores, usufruía de vantagens junto ao poder, o livro praticamente ignora o que representou *Última Hora* para a história da imprensa brasileira nos vinte anos — de 1951 a 1971 — em que o jornal foi propriedade de Samuel.

Acredito que tal distorção se deveu à opção dos depositários e herdeiros das fitas gravadas com o depoimento de Samuel — Pinky, Danusa e Bruno Wainer — de editarem um best-seller, dando, para isso, ênfase aos aspectos mais sensacionalistas do que poderíamos chamar, na verdade, de suas "confissões".

Trata-se, basicamente, de uma questão de método. Em 1977, precisamente no dia 8 de dezembro, tornei um longo depoimento de Samuel, inicialmente na sala que ocupava na sede das *Folhas*, no centro de São Paulo, e concluído, já nas primeiras horas da madrugada do dia seguinte, em seu pequeno apartamento próximo à Rua Augusta. A fala do fundador de UH, gravada em fitas cassete, tinha um objetivo específico: registrar a história do jornal que foi responsável pela maior renovação já sofrida pela imprensa brasileira. Para isso havia, inclusive, um roteiro de perguntas, capaz de esclarecer pontos que não haviam sido suficientemente esgotados em depoimentos tomados a jornalistas que participaram diretamente da fundação e da evolução de UH como Augusto Rodrigues, Antonio Nássara, Octavio Malta, Moacyr

Werneck de Castro, Paulo Silveira, Flávio de Brito e José Guilherme Mendes, entre outros. Propositamente foi esvaziado o conteúdo sensacionalista, ligado às vinculações de UH com Getúlio Vargas, Banco do Brasil e outras fontes de sustentação econômico-financeira, pois do ponto de vista acadêmico — já que se tratava de tese de pós-doutorado a ser defendida na Universidade Federal Fluminense — o que interessava era comprovar que UH fora o jornal que mudara inteiramente os padrões do jornalismo brasileiro em sua época e cujos efeitos de sua ação se fazem sentir ainda hoje. É sabido que a grande imprensa sempre se beneficiou de privilégios concedidos pelo poder e que muitos de seus negócios envolvem interesses inconfessáveis. Entretanto, apesar de favorecimentos iguais ou maiores, nenhum jornal teve tanta influência como UH na história da nossa imprensa. E era apenas isso o que interessava.

Já no que se refere ao livro redigido por Augusto Nunes, a primeira constatação é a de que a obra violenta o conceito tradicional da memorialística: afinal é correto chamar-se de "memórias" um fragmento que não deve conter nem vinte por cento da matéria bruta representada por 53 horas de gravação — correspondentes a mais de 1.300 laudas? E, o pior, que critérios nortearam a seleção e redação desses fragmentos, feita por um jornalista que só viu o autor uma única vez, pouco antes de sua morte, que não viveu de perto a extraordinária aventura de UH e, além disso, recorreu a gravações de terceiros, feitas por dois jovens jornalistas — Sérgio de Souza e Marta Góes — em momentos diferentes de 1980?

Construído como se fosse roteiro de um filme — uma espécie de "Cidadão Kane" dos trópicos —, o livro induz os leitores menos informados a julgarem que Samuel

era um aventureiro charmoso, tipo "James Bond" desprovido de qualquer escrúpulo e, ao mesmo tempo, o maior gênio da imprensa desde a invenção dos tipos de impressão por Gutenberg. Neste sentido, o livro comete injustiças com muitos de seus colaboradores diretos e contém erros graves como o de afirmar que Nestor Moreira era repórter de UH — quando, na verdade, era de A Noite — ou atribuir ao fundador do jornal o telefonema dado de Brasília para Gustavo Corção, pelo então repórter Aroldo Wall, hoje assessor direto de Fidel Castro, sem falar na charge do "Corvo Lacerda" criada por Lan, cuja história foi devidamente esclarecida pelo próprio caricaturista em recente edição da revista IstoÉ.

Samuel, como podem testemunhar todos os que trabalharam diretamente com ele, tinha como principais qualidades o entusiasmo pela reportagem e a capacidade de tirar o melhor de cada um, além de uma incrível sensibilidade para antever o futuro. Não foi por acaso que Getúlio, sem dúvida o mais arguto dos políticos brasileiros, o apelidou de "Profeta".

Antonio Theodoro M. Barros
Universidade Federal Fluminense

Central Globo de Baixo Nível

MACHADO, Romero C. —
Afundação Roberto Marinho. Porto Alegre, Editora Tchê, 1988, 184 pp.

Em *Afundação Roberto Marinho*, um ex-auditor da Rede Globo, Romero C. Machado, rememora em ritmo de novela global as falcatruas, irregularidades, lutas pelo poder e muitas outras mazelas que encontrou como "controller" da Fundação Roberto Marinho. Diz

que se esmerou em registrar os fatos e até os diálogos fielmente, e promete mais dois volumes, completando assim uma trilogia de denúncias devastadoras contra o sistema Globo.

Mas, apesar de algumas revelações importantes, sobre as influências da Globo no aparelho de Estado, sobre a manipulação dos meios de comunicação em função de interesses pessoais, e apesar de seu aparente sucesso de vendas, *Afundação Roberto Marinho* não consegue inspirar respeito.

Em primeiro lugar porque o próprio autor se confessa parte de um mundo cão "grotesco e surrealista" habitado por criadores de cães-fila, grã-finos, policiais e torturadores. Menciona em poucas e cínicas linhas, no cenário de Jacarepaguá, um "sítio do Manoel Português", onde presos políticos eram torturados, suas barrigas abertas para que não boiassem quando fossem depois jogados no mar.

Se a intenção era o realismo fantástico, o fracasso foi completo. Ficamos nauseados. Os episódios escabrosos nada têm a ver com o objeto de sua denúncia. Talvez se trate de uma técnica subliminar para evocar repugnância associada à própria Globo.

Romero C. Machado falha também ao não separar a corrupção trivial, corriqueira na vida das grandes organizações, dos casos realmente importantes; a corrupção trivial, corriqueira na vida das grandes organizações, dos casos realmente importantes; a corrupção interna praticada pelos funcionários contra a empresa, daquela praticada pelo grupo contra o País e contra o interesse público. Em todas as grandes empresas existe luta pelo poder, tráfico de influências, desvios de verbas, artifícios contábeis, nepotismo e favoritismo. Por que e em que a Globo seria diferente?

Muitos impérios da comunicação já ruíram sob o peso do imobilis-

mo, do inchaço funcional, da incompetência e da corrupção interna. Um exemplo é o império dos Diários Associados. Outros grupos monopolistas sobreviveram, apesar desse fenômeno, protegidos exatamente pelo monopólio de um mercado, que cobre todos os desmazelos e ainda dá lucro. Esse parece ser hoje o caso da Editora Abril. Seria esse o caso da Globo? Estaria já a Globo na rota da decadência, como sugerem inclusive as quedas em níveis de audiência e a perda de espaço para a TVS? Será por isso que o monopólio de audiência é tão essencial para a Globo?

O livro não responde essas questões porque não hierarquiza suas denúncias e não as coloca num referencial geral. Tudo acontece porque as pessoas não prestam, não têm caráter ou são ambiciosas. Como numa novela. Mas o principal defeito desse livro-denúncia é o de não distinguir o público do privado. O de misturar denúncias de interesse público com revelações e preconceitos sobre a vida privada dos denunciados. Explora até mesmo alegações de homossexualismo de um dos personagens centrais.

O livro transmite realmente a sensação de asco pelo mundo Global. Pena que ele próprio tenha o baixo nível do mundo que tenta denunciar.

Bernardo Kucinski
Universidade de São Paulo

A Hegemonia dos Marinho

MARQUES DE MELO, José —
As Telenovelas da Globo: produção e exportação. São Paulo, Summus Editorial, 1988, 68 pp.

Com muita propriedade, o texto resgata a história da Rede Globo

de Televisão, desde a concessão do canal pelo Governo Federal em 1957 e a primeira emissão em 1955. Relata o fortalecimento da empresa a partir do golpe de 64 e a interferência do capital estrangeiro via *Time-Life*. Revela, ainda, os bastidores do "padrão global", possibilitado pela absorção de know-how norte-americano, o alcance "popular" da programação, o início das pesquisas de audiência e da utilização de novas tecnologias, permitindo a hegemonia dos Marinho. Além da análise de conteúdo, que ensaja a identificação da ideologia hegemônica que se pretende manter, a obra nos põe em mãos dados que facilitam uma visão precisa do alcance da rede. Afinal, são 48 emissoras, centenas de afiliadas e repetidoras, chegando a 98% dos municípios brasileiros, totalizando 80 milhões de telespectadores. O investimento de 45% dos custos de produção em jornalismo e a utilização do Intelsat contribuem efetivamente para a manutenção de 21 horas diárias de programação. Chegamos aos perfis mercadológicos e de audiência da Globo que tem na preferência geral dos telejornais e as telenovelas.

O assunto central do livro — a telenovela — constitui uma área de interesse e objeto de estudo da comunicação social, da sociologia, da psicologia, da teoria política, da semiologia. Muitas são as colocações e diversificados os questionamentos. Todavia, um ponto é consensual: a telenovela brasileira alcançou índices elevadíssimos de audiência, incorporou diferentes segmentos da população a esta audiência e tem exercido influência nos modos de pensar e agir da sociedade. Marques de Melo faz um agradável passeio pela origem e evolução da novela brasileira com a importação de autores mexicanos e cubanos para as novelas radiofônicas e para a tevê, a influência da "soap opera" do Tio Sam

(obviamente vinculada aos patrocinadores). A novela brasileira — produto nacional da indústria cultural — assume características próprias e começa a andar com suas próprias pernas. Em 64 a Tupi veicula "O Direito de Nascer", novela radiofônica do cubano Felix Caignet. No ano seguinte, a Globo contratava Glória Magadan para dirigir seu núcleo de novelas. Em 69, a Tupi descobre o caminho da novela brasileira, com identidade e problemáticas próprias: Beto Rockefeller. Além disso, a utilização do VT, as câmaras e tvs portáteis, tudo conduz a uma concepção nacional de novela, nos revela o autor. No livro, uma análise de "Roque Santeiro" sob a ótica técnica de produção, a característica da produção coletiva, as novelas, as minisséries, os casos verdade, os teletemas, os seriados. O capítulo 4, "Razões da popularidade" (pp. 49-58) merece destaque porque conduz a uma reflexão sobre os conteúdos das telenovelas brasileiras e as conseqüentes leituras que propiciam. Nela o autor relata a experiência que "deu certo" para a Globo: o departamento de pesquisa e análise de mercado. Reforçamos, aqui, o entendimento de que lidar com as "aspirações" populares e remetê-las para as novelas e, com certeza, "ambientar" nossa novela com problemáticas sociais reais. O modo como isto é encaminhado é que define a adequação destes mecanismos de projeção e identificação. Quando os limites se superpõem, a liberalidade é aparente e a "moral burguesa" hegemônica. O assunto merece um trabalho específico pela importância.

Utilizando como referencial a ótica da produção, Marques de Melo situa a importância da novela no mercado interno e no externo. A Globo exporta suas novelas para 128 Países. Da América Latina à China Popular. Dois enfoques importantíssimos são postos: o contexto sociopolítico, em que ocor-

reu o crescimento do grupo, e a produção das novelas voltadas também para o mercado externo. O mérito da obra está no fato de, em fazendo um estudo de caso, não desprezar dados estatísticos relevantes para trabalhos posteriores. A revisão bibliográfica inclui 28 livros, 14 teses e 16 artigos. Marques de Melo nos oferece um texto simples e bom. Conjugou os verbos pesquisar, "academizar" e "jornalizar" com perfeito equilíbrio. Ao longo da obra, recorre a autores que levantam as questões básicas sobre a novela brasileira. Os aspectos de análise de conteúdo da indústria cultural são reforçados pelos depoimentos de Maria Rita Kehl, Sérgio Caparelli, Anamaria Fadul, dentre outros. A discussão da comunicação popular em contraste com a cultura hegemônica do *medium* é posta a partir de concepções de Mattelart, Carlos Eduardo Lins da Silva e Muniz Sodré. O enfoque semiológico é subsidiado por Décio Pignatari. Um trabalho que garante o excelente nível de investigação científica da coleção Novas Buscas em Comunicação.

Dalmer Pacheco
Universidade Federal de Alagoas

A Modernidade do Pensamento de Paulo Emílio

CALIL, Carlos Augusto e MACHADO, Maria Tereza —
PAULO EMÍLIO, Um Intelectual na Linha de Frente.
São Paulo, Brasiliense, 1986.

A proposta do livro é a de retomar artigos esparsos, crônicas e críticas escritas por Paulo Emílio Sales Gomes em cerca de 40 anos de militância nos mais variados órgãos de imprensa do País, alinhavando sua prosa fluente e fascinante com

apresentações que desempenham a dupla função de fornecer informações ao leitor e de estruturar as seqüências da coletânea. Atentos à intenção de complementar com novos textos as antologias já existentes, Carlos Augusto Calil e Maria Teresa Machado, que organizaram a publicação, escolheram adequadamente seus colaboradores. De um lado, contemporâneos do autor nas décadas de trinta e quarenta: Décio de Almeida Prado, Antonio Candido e Ruy Coelho; de outro, pessoas que o acompanharam em plena maturidade intelectual: Zulmira Ribeiro Tavares, Roberto Schwarz, Ismail Xavier e Jean-Claude Bernardet. Sucederam-se depoimentos anecdóticos, reflexões sobre aspectos da personalidade e do pensamento de Paulo Emílio, aproximações de sua obra com o fluxo da história brasileira, sobretudo em suas dimensões política e cultural. As apresentações, se refletem quase sempre a simpatia e mesmo a admiração apaixonada dos que o conheceram mais de perto, pautam-se também pela vontade de trazer aos leitores um recorte matizado de seus ideais, de sua honestidade intelectual, do brilho permanente de sua atuação como professor de cinema, ensaísta e pesquisador.

Num **informe político**, Antonio Candido manifesta-se de forma contundente: "Creio que ouvi falar de Paulo Emílio pela primeira vez ali por 1938. Alguém me contou que era amalucado, comunista e havia toureado um bode na Cidade Universitária de Paris (o que ele confirmou mais tarde)" (p. 55). Naturalmente uma primeira opinião superficial, a caricatura de quem apenas ouviu falar. Conhecer de fato Paulo Emílio naquela época significava tomar partido em suas polêmicas com Oswald de Andrade, debater sua confrontação entre o modernismo literário dos anos vinte e as tendências do novo romance nordestino, examinar

a desproporção entre suas idéias sobre marxismo e stalinismo e uma discreta atuação política: "Ele tinha uma imaginação prodigiosa, uma prodigiosa generosidade de aliciar para as soluções com que afrontava a rotina" (p. 70). Ruy Coelho, familiarizado com os primeiros passos de Paulo Emílio no universo do cinema, refere-se à "aura lendária" que o cobria, lembrando também sua liderança em reuniões das quais participavam intelectuais de envergadura, como Giuseppe Ungaretti, Di Cavalcanti, Giuseppe Occhialini, Roger Bastide: "O centro de tudo era Paulo Emílio, com sua voz tonitruante, seu riso contagioso, sua atividade incansável e, qualidade rara no intelectual, sua modéstia" (p. 114). Nessa época ele se preocupava particularmente com Deus e o Cristo, no dizer ainda do mesmo Ruy, interessado numa religião que se voltava para as questões sociais e sabia escutar a voz do povo.

Mas vale mesmo a pena mergulhar no discurso de Paulo Emílio, na prosa agradável, nessa "sua forma marota de fazer a sua própria individualidade desembaracadamente comparecer como parte da análise", segundo Zulmira Tavares (p. 192). Algumas idéias mestras pontuam os primeiros ensaios, como o que escreveu em 1941 sobre **A longa viagem de volta**, de John Ford: a referência aos cineastas russos do grande período 1923-1927, considerando a unidade rítmica, de montagem, como base de uma unidade total do filme; a busca de uma especificidade própria do cinema, quando examina as relações entre Cinema e Pintura: "Cinema não é uma sucessão de imagens perfeitas; no Cinema as imagens não podem ser perfeitas por si sós, a perfeição e o conteúdo cinematográfico devem ser procurados nas relações das imagens entre elas" (p. 121). E nesse modelo de filme ideal Paulo Emílio privilegiava o período

mudo ou silencioso: "A cena da leitura das cartas é muito mais cinematográfica do que pode parecer à primeira vista. Com algumas modificações poderia ser inteiramente silenciosa" (p. 124). Mas o livro nos induz a um salto no tempo, de 18 anos, pondo-nos diante de uma das conversões que ocorreriam na carreira cinematográfica de Paulo Emilio: "Agora compreendo que é principalmente a Bazin que devo a minha completa libertação da pesada herança das idéias estéticas sobre o cinema datadas do período mudo. A ele, mais do que a qualquer outro, devo a estimulante aceitação da natureza ambígua do fenômeno cinematográfico" (p. 200). E chegamos a uma outra conversão, certamente muito mais radical do que a anterior, expressa numa frase sem meios-termos: "...emana da análise de um mau filme brasileiro uma alegria de entendimento que o consumo da Arte de um Bergman, por exemplo, não proporciona a um espectador brasileiro" (p. 308). São idéias à espera de leitores, provavelmente de gerações que têm muito o que aprender da sagacidade do estilo e da modernidade do pensamento de Paulo Emilio.

José Tavares de Barros
Professor Titular no Departamento de Fotografia e Cinema da UFMG

Cotidiano e Controle Operários

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo — *A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 135 pp.

Entre O cortiço de Aluísio Azevedo e A vida fora das fábricas de Maria Auxiliadora Guzzo Decca existe um traço comum: a recupe-

ração das condições de vida daqueles que vivem no limite da sobrevivência.

Não importa se o primeiro retrata o cotidiano operário do Rio de Janeiro em fins do século passado e o segundo, São Paulo, trinta anos depois. A história é a mesma, com a dimensão do fator tempo um pouco alterada. Trata-se da pobreza, da falta de poder aquisitivo, da convivência trágica com a miséria.

Enquanto Aluísio Azevedo estuda o Rio de Janeiro no momento da extinção da mão-de-obra compulsória, Maria Auxiliadora focaliza São Paulo na consolidação da mão-de-obra livre pelo processo de imigração. Através de uma pesquisa intensiva em jornais e documentos diversos, a autora vai tecendo uma rede de informações e reflexões sobre o cotidiano operário fora dos locais de trabalho.

A riqueza de detalhes na descrição da vida operária proporciona ao leitor uma visão caleidoscópica da realidade da época. Realidade esta não muito diferente da atual, onde as pautas de reivindicações de algumas categorias profissionais continuam insistindo em velhas necessidades. Exemplo é a luta pelas 40 horas semanais de trabalho que há um século fazia parte da campanha dos Mártires de Chicago.

Ao analisar o cotidiano operário por diversos ângulos, a Autora traz à tona um universo submerso que nos permite compreender como as classe sociais em formação se relacionam e se confrontam na lógica do sistema capitalista.

Identificando como o Estado autoritário vai se afirmando nos primeiros anos de 1930, com a intenção de eliminar o conflito entre capital e trabalho, a Autora mostra como o Estado vai adequando o cotidiano operário às solicitações prementes da classe operária.

Porém, a decisiva contribuição da obra está em trazer a imprensa operária como um contraponto à

visão oficial e ao poder dominante, que sempre determinaram como o trabalhador deveria ser visto e tratado pelas instituições burguesas.

Esta imprensa, característica por sua complexidade e por seus diversos matizes ideológicos, tem sido pouco utilizada pelos historiadores e cientistas sociais, como fonte primária de fundamental importância para a história da classe operária e o resgate de sua memória. Urge preservá-la e explorá-la! Através dela poderemos recuperar as lutas e as grandes bandeiras defendidas pelos trabalhadores. Não se trata, como diz Adorno, de preservar o passado, mas de recuperar suas esperanças.

Vista pelo prisma interno, a produção destes periódicos operários era encarada pelos militantes desta imprensa como um modo de vida e uma profissão de fé. E ao sentir este pulsar operário, a Autora resgata em parte os projetos políticos dos trabalhadores. E aí está, conforme Walter Benjamin insiste em suas teses sobre história, uma maneira superior de redimir o passado e retomar suas lutas.

Ao trabalhar os mais diferentes temas, combatendo a passividade da classe, a imprensa operária tem plena consciência das condições de existência de seus pares. Independente de sua proposta ideológica de organização da sociedade brasileira em moldes democráticos, ela foi vital para o processo de consciência de classe. Resultante de muita tenacidade, ela obtém uma dimensão que a imprensa sindical atual ainda procura alcançar.

Sem outros meios, que não a pena ferida e ferina de seus produtores, a imprensa proletária ia cumprindo, ao longo das primeiras décadas, seu papel arregimentador. Reiterando a solidariedade operária como forma de se opor ao individualismo capitalista, as idéias

propostas por estes jornais atemorizavam o Estado dominante.

Ao apoiar greves e falar em nome de todos os trabalhadores, a imprensa operária violava a essência do sistema. A produção e a circulação daqueles jornais significavam um projeto coletivo que retirava do combate às injustiças e da defesa dos direitos dos trabalhadores sua alegria de viver.

Como resultado de sua ousadia, esta imprensa enfrentava cotidianamente diversos obstáculos, entre eles: empastelamento de jornais, destruição de gráficas (às vezes, de fundo de quintal), deportações e expulsões de gráficos de origem estrangeira, prisões etc...

Esses temas pouco foram tratados no livro da professora Maria Auxiliadora. Dando mais ênfase às condições materiais de produção da vida do que às condições de produção dos jornais operários, a autora perde a chance, neste capítulo, de uma interpretação impar dentro das abordagens sobre os meios de produção simbólica da classe subalternas.

Mas, como Maria Auxiliadora ressalta em suas considerações finais, pretender trazer mais indagações que conclusões, eis aqui uma contribuição ao debate: como se davam na prática as condições de produção da imprensa operária? Quem eram seus mentores? Podemos transpor para esta imprensa os postulados grasmicianos sobre intelectuais orgânicos?

Em síntese, a obra *A vida fora das fábricas; o cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)* oferece uma pista segura para aqueles que (estudantes ou não) buscam novas fontes de pesquisa com a esperança de reconstruir uma memória nacional dos trabalhadores brasileiros, tendo certeza de que ninguém nasceu para viver miseravelmente e injustiçado.

Alcina Maria de Lara Cardoso
Universidade Federal do Paraná

O Problema da Opinião Pública

CORRÊA, Tupã Gomes —
Contato Imediato com Opinião Pública: os Bastidores da Ação Política. São Paulo, Global, 1988, 136 pp.

Demonstrar que a mistificação, a expropriação e a exploração da opinião pública constituem um recurso de preservação do poder, apresentando ainda como suas principais decorrências a falência institucional e a crise de opinião. Esta é uma faceta do problema da opinião pública que Tupã Gomes Corrêa desenvolve, com muita propriedade, no livro *Contato imediato com opinião pública*, lançamento recente da Global Editora na sua Coleção Contato Imediato.

Entendendo a opinião pública como um resultado do processo de comunicação, o Autor confessa ter sua curiosidade orientada "no sentido de uma resposta para a questão da opinião pública; enquanto termo fartamente utilizado pelos meios de comunicação; apelo político, invocado para homologar decisões unilaterais da classe dirigente; e peça de retórica na formulação do discurso de setores políticos ou sociais, com o intuito de atrair para si atributos de credibilidade total" (p. 23).

Tupã Gomes Corrêa vai, então, satisfazendo a curiosidade que é também do leitor, frente a questões tão relevantes suscitadas pelo problema em estudo. Atribui ao fator cultural a *mistificação* da opinião pública, pois permite a incorporação de qualquer gênero de expressão coletiva como legítima. Considera que as situações de euforia social criam uma circunstância psicossocial em que indivíduos ou grupos de indivíduos passam a se expressar de forma mais emotiva, facilitando a *apropriação* da

opinião pública. Quanto à *exploração* da opinião pública, afirma o Autor: "(...) ela decorre de uma circunstância tipicamente social, em função da própria ação dos meios de comunicação, que leva generalizadamente a sociedade a manifestar-se sobre quase tudo. Tem sido essa decorrência que facilita a reutilização das manifestações coletivas em proveito particular" (pp. 36-37).

Estas formas impróprias de utilização da opinião pública neutralizam a capacidade de expressão da própria sociedade e o controle que exerce nas suas instituições. Estas acabam falindo em eficiência, em competência e em credibilidade. Daí Corrêa caracterizar estas consequências como a falência institucional e a crise de opinião.

A abordagem de temas relacionados com uma área do conhecimento de natureza multidisciplinar obrigou o Autor a estabelecer um universo conceitual. O capítulo II do livro se ocupa exatamente em dar o sentido dos termos e expressões presentes, derivados de três campos: de opinião e público, de estrutura e ideologia, e de poder e de exercício do poder político. Uma preocupação extremamente pertinente, pois um mesmo objeto pode receber diversas conceituações em função da área de conhecimento que estiver tratando (ou tiver tratado) do mesmo.

Nos capítulos seguintes, outras questões merecem a atenção e a análise do Autor. Algumas delas, para a avaliação do leitor: a relação entre comunicação, democracia e desenvolvimento; os conflitos entre interesse público e interesse privado; e o interesse público como doutrina política. Na discussão mais ampla do domínio social e soberania da opinião pública, são desfraldadas as "Bandeiras da Opinião Pública". Ou seja, é mostrado como as classes que dominam o poder desviaram a atenção da sociedade de fatos mais graves

para outros mais convenientes: Parlamentarismo (em 1961), Copa do Mundo (em 1970), a Abertura (em 1977) e a campanha das "Diretas-Já" (em 1984).

Contato imediato com opinião pública apresenta, assim, um conteúdo analítico e denso, mas de compreensão facilitada, mesmo para os menos iniciados nos problemas da opinião pública, pelas constantes aplicações que o Autor faz do conjunto da teoria sobre fatos da atual realidade política brasileira, principalmente. Vale recomendar pela nova abordagem de um velho problema, mas não tão velho para se considerar plenamente resolvido.

J. B. Pinho

Pontifícia Universidade Católica
de Campinas

A Igreja e a Prática da Comunicação

SOARES, Ismar de Oliveira —
Do Santo Ofício à Libertação: O Discurso e a Prática do Vaticano sobre a Comunicação Social. São Paulo, Edições Paulinas, 1988, 408 pp.

A história das mentalidades e das ideologias não pode ser estudada fora da história das lutas pela liberdade de pensamento e expressão no mundo ocidental. Quando Gutenberg inventou a imprensa, em 1445, a Igreja Católica percebeu que ela, não proporcionaria um "acesso à experiência humana", mas constituiria uma séria ameaça ao seu domínio quase absoluto sobre os indivíduos, suas idéias e sua consciência religiosa e política. A imprensa provocou uma alteração nas relações humanas e ao mesmo tempo uma "aceleração no movimento de informações", como escreveu McLuhan. Fortaleceu uma ruptura que provocou uma

mudança nas organizações. Desta forma, a Igreja decide "interferir na produção à distribuição de livros", em 1564, com a constituição apostólica *Inter sollicitudines*, assinada pelo papa Pio IV. Era o início de um longo período de censura e repressão.

O livro de Ismar de Oliveira Soares, *Do Santo Ofício à libertação*, representa, de um lado, uma enorme contribuição para o estudo do fenômeno da comunicação religiosa e, de outro, uma análise corajosa e crítica da "ideologia constituída pela Igreja Católica em relação ao fenômeno da comunicação massiva".

Importante salientar que o autor vai além de um resgate documental para fundamentar-se nas posturas avançadas de autores de renome mundial que se dedicaram epistemologicamente ao estudo da Igreja face à liberdade de expressão e à realidade dos veículos de comunicação desde a imprensa até às mais modernas tecnologias da mídia eletrônica.

Um lado importante da obra de Ismar de Oliveira Soares é que sua análise parte de uma visão sincrônica da história e vai para uma visão diacrônica, mostrando por meio de estudos comparativos os conflitos e controvérsias dentro do sistema de controle da Igreja pós-Vaticano II, para chegar aos nossos dias embora noutras circunstâncias e outros momentos, restam ainda os resquícios da Inquisição, na tentativa de silenciar os pensadores da vanguarda teológica, principalmente da América Latina.

José Marques de Melo, ao prefacear o livro, salienta que "o autor reproduziu uma história das idéias católicas sobre os processos e os meios de comunicação social, permitindo entender as razões pelas quais a Igreja Romana transita de uma posição de intolerância, em relação à imprensa, para assumir uma postura de libertação, defendendo não apenas o direito formal

de expressão, mas também o direito social à informação". Esse avanço encontramos nos mais recentes documentos emanados do Vaticano e das entidades relacionadas com a comunicação, como é o caso, no Brasil da UCBC — União Cristã Brasileira de Comunicação Social e, na América Latina, da OCIC e UNDA-AL.

Partindo do estudo do processo histórico e das teorias da liberdade do homem e da sociedade, o autor sublinha a força do "aparelho" religioso sobre a comunicação social e as necessárias consequências dos discursos para a praxis pastoral, assinalando que "boa parte da responsabilidade pela evolução do pensamento oficial da Igreja coube ao laicato, principalmente ao laicato jovem".

As preocupações e os compromissos com a luta pelas mudanças estruturais da sociedade sempre estiveram presentes na Igreja e nos seus documentos. O Prof. Ismar de Oliveira Soares analisa a trajetória do Santo Ofício à libertação nos seguintes itens do seu trabalho de cunho acadêmico:

1. A questão da relação entre a Igreja e a sociedade civil na definição das políticas de comunicação adotadas nos vários períodos da história analisados.

2. A questão da afirmação de doutrinas sobre o controle da produção cultural como decorrência de alianças nos processos de luta de classes em desenvolvimento nos vários momentos da história.

3. A questão das relações entre o Vaticano, a Igreja Católica no Brasil e a sociedade civil brasileira no que diz respeito ao controle sobre a produção e o consumo de bens culturais.

4. A questão da evolução das doutrinas e dos processos de utilização dos recursos da comunicação para fins pastorais por parte da Igreja, tanto no Vaticano, quanto no Brasil.

5. A contribuição efetiva dos vá-

rios segmentos pertencentes à Igreja — principalmente o laicato — nas transformações operadas no discurso e na prática da própria Igreja no campo da comunicação, principalmente na América Latina e no Brasil.

A obra de Ismar de Oliveira Soares inscreve-se na literatura católica brasileira como resultado de um estudo profundo da evolução do posicionamento da Igreja face ao desenvolvimento dos meios de comunicação social, passando em análise o discurso e a prática do Vaticano, passando pelo estudo da comunicação da Igreja no Brasil, para abordar a nova teoria dialógica da comunicação, constituindo-se num programa de reflexão. Um livro de grande atualidade, resultado da militância do autor nas entidades e movimentos ligados às comunicações cristãs e populares da América Latina e do Brasil, portanto indispensável a todos os que se dedicam ao ensino e à pesquisa dos fenômenos comunicativos na Igreja, a partir do século XV até nossos dias.

Francisco de Assis Fernandes
Universidade de São Paulo

Mergulhos no Texto

ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Tehodoro da — *Leitura — Perspectiva Interdisciplinares*. Ática, São Paulo, 1988, 122 pp.

Que otros se jacten de las páginas que han escrito; a mí me enorgullecen las que he leído. Os dois versos integram o poema *Un lector*, de Jorge Luis Borges, epígrafe do livro. Essa afirmação do poeta argentino sintetiza a mudança de eixo em muitas pesquisas sobre literatura, privilegiando o leitor enquanto criador de sentido. Essa mudança ocorre também na leitura de

produtos da indústria cultural (jornais, revistas, rádio, televisão), quando os pesquisadores usam novos instrumentos e descobrem que os receptores não são tão passivos como alguns estudos indicavam.

O livro *Leitura — Perspectivas interdisciplinares* centra-se mais especificamente na leitura na sala de aula e, como o próprio título indica, busca especialistas de diversas áreas para dar a sua contribuição. E mesmo que a maior parte deles refira-se também às condições sociais da produção do texto, a maioria discute a posição do leitor.

Há uma contribuição importante de Magda Becker Soares, inquirindo sobre a leitura como ato solitário ou interação verbal do autor e do leitor, ambos com seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo. O estudo baseia-se numa pesquisa de campo, adotando o método participativo, e estabelecendo as diferenças de produção de sentido dos leitores conforme a classe a que pertencem. Ela aponta, assim, para objetivos de leitura, formas de interpretação e produção de sentido diferentes, caso o aluno pertença a uma ou outra classe.

Mary Kato, da PUC-SP, discute os bloqueios do processo de leitura, discorrendo sobre o ponto de vista de Chomsky ("como podemos aprender tanto com tão pouca evidência") e a questão orwelliana ("como sabemos tão pouco apesar de tanta evidência"). Em sua abordagem psicolinguística, ela faz alguns reparos ao texto gerador que deu origem ao livro, especialmente quando discute se é possível evitar, no início da alfabetização, a separação entre o ato de ler e escrever palavras, e o texto, que seria seu lugar natural.

A coletânea prossegue com um estudo de Luiz A. Marcuschi, abordando a importância de textos orais na escola, numa tentativa de desmistificar a dicotomia oralida-

de e escrita. Para ele, os textos escritos trabalhados na escola são quase sempre uma camisa-de-força para a criatividade. Já Eni Pulcinelli Orlandi analisa a constituição dos processos de significação, reforçando a idéia de que a leitura se constitui em produção de sentido, tornando o leitor igualmente autor. O estudo de Mario Perini, da UFMG, analisa o tipo de sentido existente nos textos chamados funcionais, realçando a necessidade dele na sala de aula. Diz que há um momento em que o problema da leitura na sala de aula vai além do literário e requisita o funcional, aproximando-se do cotidiano do leitor. Deixa claro que sua preocupação não é com alunos das classes altas mas com aqueles que ficam na escola um tempo reduzido: Como conseguir que pelo menos uma boa parte dos alunos deixe a escola instrumentada a utilizar a leitura para solucionar problemas da vida cotidiana.

Enfoque diferente é o de Marisa Lajolo, da Unicamp, favorecendo um cruzamento das teorias de literatura e teorias de leitura, ressaltando dificuldades comuns como "todas as teorias literárias se ocupam de textos por elas mesmo instituídos como literários" ou a existência de miopias nas teorias da leitura: "ao se debruçarem sobre o ato de ler, as teorias e metodologias da leitura costumam excluir de seu horizonte a natureza do texto sobre o qual tal atividade se exerce, concentrando sua atenção ora sobre procedimentos mecânicos, ora sobre habilidades, ora sobre operações mentais envolvidas na leitura".

O livro fecha-se com uma reflexão de José Marques de Melo, da USP, trazendo a análise para a leitura e meios de comunicação, aclarando de que maneira os modelos da teoria da comunicação aplicam-se a uma teoria da leitura e, especialmente, de que maneira certas correntes dentro das pesquisas

de comunicação empreenderam, junto aos leitores, a necessidade de uma leitura crítica dos produtos oferecidos pelas indústrias culturais.

De resto, o livro é bem produzido graficamente, com um bom texto gerador de Regina Zilberman, da PUC-RS, e de Ezequiel Theodoro da Silva, da Unicamp.

Sérgio Caparelli
Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Comunicação em Marketing

PINHO, J. B. — *Comunicação em Marketing: Princípios da Comunicação Mercadológica*. Campinas, Papyrus Editora, 1988, 198 pp.

José Benedito Pinho é professor assistente-regente e coordenador do Departamento de Disciplinas Básicas junto ao Departamento de Publicidade e Propaganda do Instituto de Artes e Comunicação da Puccamp. É também co-autor do livro *O projeto pedagógico como transformador do ensino de Publicidade e Propaganda na Puccamp*, editado em 1986.

A obra emerge do contexto atual em que ações e programas eficientes de marketing, comunicação e promoção são indispensáveis para fazer frente à evolução e competitividade do mercado. Como o próprio autor coloca, o objetivo central é "municar o leitor com um completo referencial dos tipos, técnicas e princípios utilizados na comunicação mercadológica da empresa", considerando instrumentos como a publicidade, a propaganda, a venda pessoal, a promoção de vendas, as relações públicas, o merchandising, a embalagem e o marketing direto.

Inicialmente a obra traz a evolu-

ção do conceito de marketing, as variáveis nas decisões da estratégia de marketing e o composto mercadológico. É interessante o detalhamento que o autor faz da propaganda (com atributo ideológico), discorrendo sobre propaganda ideológica, política, eleitoral, governamental, institucional, corporativa, religiosa e social; também o faz com a publicidade (com sentido comercial), assinalando a publicidade de produto, serviços, de varejo, comparativa, cooperativa e de promoção.

É feita uma abordagem dos números da publicidade brasileira e mundial, confrontando-a também com a promoção de vendas. Além da venda pessoal, é analisado o merchandising que, no Brasil, abarca diferentes significados, inclusive o de sinônimo de aparição de produtos em programas de TV. Os dois últimos instrumentos promocionais analisados são as relações públicas e a embalagem.

O segundo capítulo é dedicado ao marketing direto, considerando as razões de seu aparecimento, sua situação no Brasil, benefícios, vantagens e barreiras no País. Avalia a resposta direta através dos meios de comunicação, telefone e correio.

O capítulo seguinte aborda a produção comercial, cabendo inicialmente uma análise das mídias e veículos de comunicação; discorre sobre o "tema" do anúncio, "coleta de informações" sobre o produto, criação e estéticas de anúncios e comerciais. Faz apreciação detalhada das características das mídias impressas e eletrônicas.

O capítulo quarto enfoca a agência de publicidade, abordando aspectos da evolução histórica, funções, aspectos legislativos, estrutura funcional e setores, algo bem sintonizado com a prática atual destas instituições no Brasil. Mostra também o relacionamento agência-cliente e agência-veículo.

O derradeiro capítulo é sobre propaganda política; apresenta con-

ceitos, tipos e técnicas, a contra-propaganda, propaganda e opinião pública, o relacionamento com os meios de comunicação e apreciações conclusivas do autor sobre este instrumento político.

Tanto a contemporaneidade do tema como a inovação que traz alguns tópicos desta obra registram um passo adiante no sentido de munir alunos, professores e profissionais da área de marketing no Brasil de um referencial importante para estudar e empreender decisões, notadamente nos contextos mercadológicos onde o composto promocional é uma variável complexa e importante.

Gino Glacomini Filho
Universidade de São Paulo

Sumarizando a Síntese

CABRAL, Plínio — *Do Outro lado do Muro: Propaganda para Quem Paga a Conta*. São Paulo, Summus Editorial, 1987, 107 pp.

Dividido em 27 capítulos, o livro cobre as informações necessárias ao empresário para entender e decidir sobre propaganda. Sintetiza desde como escolher uma agência, analisar uma campanha, a mídia indicada, até como adequar seus custos. De maneira abrangente, transmite conceitos modernos e atuais, fornece detalhes técnicos para facilitar a análise e a tomada de decisão, familiarizando o leitor com a linguagem da área.

Do outro lado do muro consegue uma façanha: é conciso, sintético e ao mesmo tempo abrangente. O anúncio passo a passo, de A a Z, para quem quer conviver — e ainda mais — quer decidir sobre ele.

Fácil de ler por seu estilo gostoso, bem-humorado e irreverente, não iludirá o leitor, que ao final de

sua leitura percebe a massa significativa de informação transmitida. Fornece todo o percurso a ser percorrido pelo interessado na "encomenda" da campanha. Não deixa de lado nenhum dado, não escamoteia os aspectos complementares a uma boa campanha. Situa bem a dosagem necessária de criatividade e ainda fornece o jargão profissional para quem não é do ramo. Conceitua de forma exata e nítida a comunicação, seus meios e quem a recebe. Aborda bem os problemas como a decodificação da mensagem e por que não funciona algumas vezes. Situa nitidamente os campos de atuação e os direitos de quem encomenda: o cliente, seja do profissional que o atende.

Plínio Cabral conhece bem o que fala. Somente quem conhece consegue ser tão conciso e tão sintético. Essa mesma concisão pode dar, em alguns capítulos, uma impressão de superficialidade, mas essa foi a escolha do autor. Pois o livro não objetiva esgotar o assunto, ou tratá-lo em profundidade.

Cumprir o que promete: etapa por etapa, familiariza o leitor com a propaganda e as variáveis que podem fazer de uma campanha um fracasso ou um sucesso.

A leitura leve e rápida oferecida por Plínio Cabral só se torna mordaz e amarga quando coloca a propaganda governamental ou analisa a presença do Estado na economia: retrato do momento.

Vera Giangrande
Conselho Federal de
Profissionais de Relações
Públicas

Virada Eletrônica Continua Atual

VIANNEY, João — *Virada Eletrônica — O Marketing Po-*

lítico na TV. Florianópolis,
Edições da UFSC, 1987, 180
pp.

Apesar de focalizar o marketing político utilizado na TV pelo programa eleitoral dos candidatos à Prefeitura de Florianópolis em 1985, o livro *Virada eletrônica*, de João Vianney, continua atual, pela identidade do seu relato com a prática política adotada nas recentes eleições municipais em todo o País.

A leitura deste livro, de linguagem descontraída e, portanto, acessível a qualquer observador leigo da cena política partidária, pode contribuir para o conhecimento das estratégias adotadas pelos candidatos na guerra da disputa pelo mandato.

Apelos emocionais, lavagem de roupa suja, acusações, boatos e fatos fazem parte de toda a cena, que visa demolir moralmente o adversário e, ao mesmo tempo, definir as propostas dos candidatos. Na busca do voto popular, qualquer medida é válida e no sobe-e-desce das pesquisas não leva vantagem apenas quem tem melhor proposta, mas aquele que no entendimento do eleitor apresenta o melhor desempenho. Nessa guerra, os candidatos vão se alternando na disputa do eleitorado, revezando-se em novas estratégias de campanha. Até mesmo a mudança no estilo de apresentação pessoal, com o oferecimento de propostas à comunidade, e o apelo às denúncias, fazem parte da estratégia política, identificada por Vianney em sua análise sobre a campanha municipal de Florianópolis.

Exemplificando um caso de fracasso de marketing político, o autor lembra que potencialmente o candidato da Frente Liberal tinha condições de decolar e que, apesar de ter contratado as maiores agências de publicidade do País, a sua aterrissagem foi desastrosa. Os publicitários tinham esquecido

que "o principal tema que influenciaria para a definição do voto em Florianópolis era a honestidade e mesmo assim permitiram que uma mentira fosse ao ar".

A polarização ficou por conta da Aliança Social Trabalhista — AST (coligação entre o PDS e o PDT), representada pelo candidato Francisco de Assis, e do PMDB, representado por Edson Andrino.

Os resultados das pesquisas obrigavam a elaboração de estratégias específicas e no pique da mobilização tudo foi válido.

O PMDB descobriu que, na utilização de tipos populares em sua campanha, a AST pagou a uma rendeira para fazer um comercial e passou então a alertar os eleitores, pichando a cidade com os dizeres "Assis quer comprar você".

Como parte da guerra constaram também pedidos de anulação de transferências eleitorais, realização de greves por reivindicações salariais e até a preparação do espírito da população para receber com desconfiância os números do IBOPE e do GALLUP.

Os ataques personalizados também fizeram parte do jogo que passou a ser de políticos contra políticos, para mais tarde revelar-se entre as instituições partidárias que envolviam as candidaturas. Assim a guerra passou a ser não mais entre Assis e Andrino, mas entre PMDB e PDS, PDT.

Enquanto os partidos pequenos procuravam espantar o fantasma do voto útil que rondava as suas candidaturas, os partidos maiores procuravam a todo custo vencer a batalha. O PMDB em busca de prestígio evocava a memória de Tancredo, o morto-vivo, enquanto o candidato da AST subia o palanque com Aureliano Chaves, seu líder maior.

Enquanto o PMDB acusava a esposa de Amin, Sra. Angela Amin, de fazer assistencialismo, por distribuir, através da Liga de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e

Social de Santa Catarina, sacolas de comidas, a Nova República vinha em socorro do PMDB, anunciando um plano de suplementação alimentar para famílias carentes. Dias depois, a Rede Globo de Televisão divulgou o fato, assumindo para si a responsabilidade das denúncias, provocando comentários do tipo: "viu, era verdade mesmo, deu na Globo". Através deste episódio em que a Globo envolveu no espaço nobre da informação as mesmas cenas apresentadas nos programas dos partidos políticos, é possível visualizar a importância daquele canal na definição de informes para o eleitorado.

No sobe-e-desce dos índices das pesquisas eleitorais, ganha ponto quem mais sensibiliza o eleitor, e foi assim que, seis dias antes das eleições, o PMDB conseguiu subir 16,5 pontos, promovendo uma verdadeira virada eletrônica, derrotando o candidato da AST, que passava a ser identificado com o PDS.

Ana Maria Cocentino Ramos
Universidade Federal do
Rio Grande do Norte

Crimes e Castigos

FÉDER, João — *Crimes da Comunicação Social*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1987, 180 pp.

A escassa bibliografia, disponível para quem assume, hoje, nas escolas de comunicação social, a regência da disciplina "Ética e Legislação do Jornalismo", do atual currículo implantado pela Resolução n.º 002, do CFE, leva o professor a recorrer, de imediato, a qualquer título, surgido do mercado editorial, e que envolva a especialidade. No caso de *Crimes da comunicação social*, de João Féder, não será bem-sucedido o docente que o conside-

rar "livro didático" e, portanto, assimilável por universitários, muito mais preocupados em dominar técnicas do jornalismo do que em conhecer as suas implicações jurídicas. Por outro lado, para quem ensina, a vasta pesquisa, a riqueza de casos, o amplo e descomplicado posicionamento do Autor constituem um precioso manancial para a elaboração dos planos de aula. João Féder revela as duas facetas indispensáveis a um docente habilitado para a disciplina; é jornalista, com um respeitável e pragmático currículo, e é jurista, sem o ranço do formalismo que ainda hoje se observa nas escolas de direito. Por isso, não faz um livro de legislação comentada; prefere discorrer, com mais liberdade, no campo da interpretação, ao invés de ficar nos parâmetros da compilação.

Nos seis capítulos iniciais do livro, o Autor não ingressa, propriamente, no rígido campo do jurídico. Prefere uma panorâmica sobre o tema da comunicação, confrontando os casos que, pacientemente, coletou, ao longo dos anos, com os arraigados conceitos de liberdade de pensamento e de comunicação, os aspectos da censura e da lei e um registro, um tanto superficial, sobre o impacto da chamada mídia eletrônica, muito mais representada, hoje em dia, pela TV.

Na segunda parte do livro é que ingressa no leque da criminalização de algumas ações da imprensa, abordando os novos itens bastante familiares aos profissionais da notícia, posto que eles não se limitam à famigerada Lei de Imprensa, contidos que estão também na não menos discutida Lei de Segurança Nacional. Há uma transcrição do texto legal que, se fosse feita extensamente, tiraria o ritmo da obra. O Autor não comete nem o pecado nem sofre a tentação de engordar o livro. Cita o mínimo indispensável. E, a partir daí, aborda a calúnia, a difamação, a injú-

ria e os demais pecados capitais, com a desenvoltura de um jurista que está lecionando para profissionais de outro mister, os jornalistas. Não se perde nas sentenças do nosso Direito Romano, pois prefere a linha jurisprudencial dos americanos, muito mais pragmáticos do que nós, brasileiros, ainda enfatiados no foro.

O fecho da obra é uma indagação: Liberdade plena ou Luta sem fim? É possível que discordemos da afirmativa de que a "característica brasileira é preponderantemente liberal". Não é isso o que temos visto no legislador brasileiro. Muito pelo contrário. Mas o próprio Autor reconhece que, sendo o nosso governante autor e juiz do seu próprio ato, não é fácil imaginar que "uma ação de defesa da moral não esteja, veladamente, encobrindo uma ação de defesa política".

Por isso, o intento desta breve apreciação que faz um nordestino das ensolaradas e castigadas plagas do Polígono a respeito de conceitos e interpretações de um veterano mestre das coxilhas e lonjuras dos pampas é, apenas, distinguir na obra o caráter de permanente e valorosa consulta para quem transmite seus saberes e suas vivências na sala de aula, diferentemente das transcrições e compilações tão ao gosto dos "decobas" de nossos bancos escolares. O esforço de João Féder em "viver" o tema é recompensado pelo resultado. Pode-se ler e rir o livro, sem canseiras, como quem escuta uma boa "charla" de um oficial do mesmo ofício.

Hão de dizer os puristas: saudosistas! Enfim, ser saudosista é privilégio de quem viveu, no batente, os dourados anos 40!

Luiz Maranhão Filho
Universidade Federal
de Pernambuco

Fotografando o Sol de Verão

LEAL, Ondina Fachel — *A Literatura Social da Novela das Oito*. Petrópolis, Vozes, 1986, 133 pp.

Já no segundo capítulo de *A Literatura Social da Novela das Oito* — na verdade, parte de uma introdução no sentido acadêmico do termo —, Ondina Fachel Leal apresenta dois argumentos críticos fundamentais para a superação da Escola de Frankfurt na teoria da comunicação: sua "compreensão da cultura como algo dado, imposto, e não como algo que se estrutura como vivência cotidiano"; e seu comprometimento profundo "com o elitismo de determinado padrão estético de uma ordem não burguesa (e não popular) que foi perdida com o desenvolvimento das forças produtivas".

A Autora se alinha entre os que pretendem atingir esta superação partindo do conceito proposto por Gramsci para *hegemonia*, supondo o consentimento das representações cotidianas, das concepções de mundo partilhadas por todos. Em decorrência, as práticas culturais não são mero reflexo das relações de poder contingentes, mas encerram ambivalências, utopias, rituais de inversão e negação da ordem. Abre-se, assim, a possibilidade de investigar como um programa de televisão "é pensado, repensado, atualizado e incorporado às falas e atitudes de sujeitos sociais", bem como estabelecer "as dimensões efetivas de sua percepção".

O livro trata, fundamentalmente, de como a novela *Sol de Verão*, da Rede Globo, foi consumida por espectadores de diferentes classe sociais. Coloca-se, aí, questão metodológica básica: se a hegemonia, contraponto da coerção, convive e

se nutre da fragmentação cultural, deslocando o conceito de autenticidade e gerando práticas culturais que o povo incorpora como legítimas — se é assim, então, o que seriam classes populares e classe dominante para um estudo desse tipo? Não estaríamos, aí, no universo da tradição sociológica americana, que nega distinções entre cultura de massa e cultura popular, concluindo que todos estão imersos nesta massa, até mesmo os produtores da indústria cultural?

Ondina Fachel Leal propõe uma diferença estrutural entre popular e dominante. Na prática, ela escolheu, de um lado, os moradores de uma vila na periferia de Porto Alegre, onde “tinha boa entrada”; e, de outro, pessoas sem vinculação de vizinhança, mas envolvidas com a Autora “a partir, é claro, de seus referidos atributos de classe”. Foram estudados 20 casos — um número “arbitrário” e “viável”.

Talvez a conclusão mais abrangente da pesquisa seja a de que “o grupo de classe popular busca a participação em símbolos de um universo que supõe ser dominante”; mas estes símbolos são rejeitados pela classe dominante, cujo discurso a Autora assume ao dizer que “são, de fato, uma negação do repertório erudito e, contraditoriamente, atributos de identificação para um padrão estético popular”.

Um traço autobiográfico destaca-se pela Autora como explicativo de seu trabalho é a prática que tem em fotografia “um aprendizado de observação paciente, de elaboração minuciosa de diferentes estratégias de aproximação com o objeto, de desenvolvimento de uma percepção seletiva, de uma vigilância constante e de prontidão para captar o acontecimento no momento do acontecimento”. Temos, pois, imagens, cuja semântica se extrai da relação em presença, simultânea; falta-nos, quase sempre, a noção de conteúdo semântico em se-

quência, da relação dialética que a novela medeia.

Se pomos de lado a clássica distinção entre detentores e não-detentores de meios de produção, afirmando que ela não se desloca do universo da economia para o universo da cultura, o que serão, afinal, classes? E classes populares? Poderemos reter em um livro, em fotos, o popular? Ou estará esta categoria produzindo-se na turbulência do fluxo, adquirindo sentido na exata constelação de contradições que a geram e tornando-se inefável, no instante em que se pretende captá-la?

Nilson Lage
Universidade Federal do
Rio de Janeiro

A Conquista de “Corações e Mentes” Pelos Poderosos

DREIFUSS, René — *A Internacional Capitalista: Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional 1918-1986*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987, 542 pp.

Este livro trata da grande campanha internacional de comunicação e outras formas de ação política orquestradas pela “mentora intelectual da classe dominante” — a elite orgânica, para manter suas vantagens na vida (e nos mercados transnacionais).

São 288 páginas de relato e 254 páginas de anexos documentando o desnudamento do “caráter premeditado” e da “intencionalidade planejada” (p. 23) da estratégia dessa elite de empresários, políticos e profissionais de várias nacionalidades. Ela usa de todos os meios de comunicação interpessoal, organizacional e de massa (sem deixar de recorrer também à corrupção e à força, como no Brasil-64 e no Chile-73) para conquis-

tar corações e mentes em prol da ideologia que deseja manter prevalente.

As empresas multinacionais, com seus recursos econômicos e tecnológicos, são apenas um exército na condução dessa estratégia (para manter a metáfora militar escolhida pelo autor do livro). Mais conhecida, mais visível e mais visada, a ação dessas empresas (e de seus grandes acionistas e altos executivos) empana a atuação de outras tropas de terra, mar e ar, convenientemente operando nos bastidores: o Committee for Economic Development (CED), o Council on Foreign Relations (CFR), o Comité Européen pour le Progrès Economique et Social (CEPES), o Advertising Council e o Council for Latin America integram, entre outros grupos, uma rede internacional de comunicação e articulação política formada, transformada e interconectada por laços pessoais e institucionais. Essa rede realiza com perfeição os "desígnios perversos e inconfessáveis" comumente atribuídos por militares latino-americanos ao Movimento Comunista Internacional: "a manipulação de inocentes úteis e de conscientes interesseiros por minorias estrangeiras" (p. 19), porém, neste caso, em prol do Movimento Capitalista Internacional.

Essas entidades e seus articuladores planejam e difundem argumentos e ações corroborando as virtudes e benefícios da livre empresa, neutralizando animosidades contra a empresa privada, pregando reforma agrária capitalista (e, neste ponto, entrando em conflito com a direita tradicional, considerada empecilho para a modernização conservadora capitalista) e desarticulando a solidariedade das classes subalternas.

A documentação dessa estratégia e das táticas da grande campanha do empresariado transnacional desenrola-se pelos seguintes capítulos: "Grã-Bretanha e Estados Uni-

dos — o começo de tudo", "A grande expansão: dos Pirineus à Terra do Sol Nascente", "A crise e a luta pela renovação do sonho capitalista", "Os sobrinhos do Tio Sam na América Latina", "Brasil — um laboratório de desestabilização", "Uma Bilateral para a América Latina", "A presença invisível: dos sindicatos às novelas" (uma jóia de subsídios para o investigador no campo da comunicação), "Anos 70: Intervenção fria no Brasil e quente no Chile", "Entrando na década do realismo político" e "Aviso aos navegantes". Um posfácio atualiza o trabalho em termos de cenário brasileiro no ano da Assembleia Nacional Constituinte.

Dreifuss (professor de Ciência Política) começa suas revelações com uma exposição concisa de seu conceito-chave "elites orgânicas" e termina fazendo uma crítica às diversas abordagens ao problema do poder e da relação entre dominantes e dominados. Para o autor (que também escreveu 1964 — A conquista do Estado) os "estruturólogos", "marxólogos", "marxianos", usuários de chavões e cientificistas empolados *miss the point* (i.e., não chegam ao âmago da questão) por inadequações teóricas, distorções ideológicas, medo ou simples inocência. Como diz Umberto Eco, citado por Dreifuss, "somente os poderosos sabem sempre, com muita clareza, quem são seus verdadeiros inimigos". A leitura desse livro ajuda ao resto de nós a começar a sabê-lo com alguma clareza.

Tereza Lúcia Halliday
Universidade Federal
Rural de Pernambuco

Visão de Uma História Inacabada

VENTURA, Zuenir — 1968 —
O ano que não terminou. Rio

de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, 314 pp.

A grande reportagem sobre o ano de 1968 na perspectiva de um jornalista que, nas entrelinhas, mostra-se partidário dos comportamentos equilibrados e sensatos é um texto agradável de ler até quando os fatos narrados são trágicos.

O movimento de oposição ao regime militar imposto em 1964 assume, em 1968, características peculiares, influenciado pelas idéias que colocavam os estudantes na vanguarda dos movimentos sociais. O livro é um recorte dessa história, mostrando a ação das elites culturais, principalmente daquelas que circulavam no Rio de Janeiro.

O autor utiliza desde seu conhecimento pessoal dos eventos, jornais e livros da época e sobre a época, até depoimentos coletados em entrevistas exclusivas sobre 1968. Como se fosse um romance, a narrativa abre com um *réveillon* e termina com as prisões e fugas das vítimas do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968. Vemos as sucessivas tentativas da oposição sendo combatidas e, às vezes, derrotadas pelo regime militar.

Eventos marcantes da época, como o enterro do estudante assassinado Édson Luís, a Passeata dos 100 Mil e o Congresso da UNE, estão registrados, privilegiando algumas informações sobre as suas organizações.

A realização pacífica dos dois primeiros eventos contou com a ação enérgica dos organizadores reconhecidos por todos para impedir comportamentos passíveis de provocar represálias contra os manifestantes.

Já o Congresso da UNE, clandestino, transcorria com dois grupos disputando a liderança. Avisados

de que a polícia chegaria logo para prendê-los, os líderes não conseguiram suspender o Congresso imediatamente, e, enquanto discutiam, foram presos. O dono do sítio de Ibiúna, local do Congresso, depois foi torturado, cumpriu pena e perdeu a propriedade; e no seu depoimento só lamenta que os estudantes não tivessem escapado ou resistido à prisão usando armas depositadas no local.

A luta armada já estava no quadro das ações de parte da oposição brasileira, em 1968. Mas, apenas em 1969, com o endurecimento da repressão, vários grupos partidários da esquerda optam por esse caminho. Em outra obra, *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (São Paulo, Ática, 1987), escrita por Jacob Gorender, vemos os anos duros. Várias personagens que em 1968 circulavam abertamente em reuniões, passeatas, congressos, passam para a clandestinidade. Elas formarão o contingente de presos, mortos, desaparecidos e exilados políticos dos anos setenta.

O fim do ano de 1968 não pode ser comemorado pelos opositores ao regime militar. Estavam nas prisões ou fugindo. Alguns preparavam-se para resistir de armas na mão. Na penúltima página do texto, temos uma cena com a presença de Marighella, envolvido na guerrilha urbana, e o deputado Márcio Moreira Alves, em busca de um modo de sair do País (foi para o Paraguai em um avião cargueiro de contrabando). Nas últimas linhas do texto sabemos que o próprio autor terminou o ano na cadeia.

O texto de Ventura é também um trabalho de inventário. As inquietações, esperanças, projetos e realizações dos envolvidos nos acontecimentos são relacionados aos eventos coletivos. Até as motivações e justificativas dos que arti-

cularam e referendaram o Ato Institucional n.º 5 são relatadas.

Ao conseguir explicitar o clima de uma época, na cultura e na política, o texto de Ventura permite situar 1968 enquanto marco de uma época de mudanças. Como o feminismo e o movimento estudantil e seus novos valores, que afetariam

as relações familiares e escolares nos anos seguintes. Estudar a memória daquele ano torna-se um modo de pensar o futuro: problemas agitados em 1968 não foram equacionados em nossa sociedade ainda hoje.

Alice Mitika Koshiyama
Universidade de São Paulo